

## “Você é a primeira pessoa para quem eu conto isso”: crianças-soldados como fontes testemunhais no jornalismo internacional

“You are the first person to whom I tell this”: Child soldiers as  
witness sources in international journalism

**Angela Zamin**

Universidade Federal de Santa Maria. Linha Sete de Setembro, s/n, BR 386, Km 40,  
98400-000, Frederico Westphalen, RS, Brasil. angelazamin@gmail.com

**Cleusa Jung**

Universidade Federal de Santa Maria. Linha Sete de Setembro, s/n, BR 386, Km 40,  
98400-000, Frederico Westphalen, RS, Brasil. jung\_cleusa@hotmail.com

**Taiz Richter**

Universidade Federal de Santa Maria. Linha Sete de Setembro, s/n, BR 386, Km 40,  
98400-000, Frederico Westphalen, RS, Brasil. taiz\_richter@hotmail.com

---

**Resumo.** O artigo analisa reportagens que abordam a presença de crianças-soldados em conflitos armados, um crime de lesa-humanidade. Tendo como objetivo investigar que fontes são acionadas, e como o são, organizamos um mapeamento da cobertura de internacional de O Estado de S. Paulo, no período 2007–2016, partindo das unidades de registro “meninos soldados” e “crianças-soldados”. Para tanto, empregamos a metodologia da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011; Fonseca Júnior, 2012; Herscovitz, 2007), por meio de um Protocolo de Análise de Fontes, que, por sua vez, considera o estatuto de fonte jornalística (Santos, 1997; Ericson *et al.*, 1991). Identificamos 87 fontes, das quais 14 eram meninos-soldados ou escravas sexuais, testemunhas vítimas de conflitos armados. Também analisamos reportagens especiais sobre a África que versam sobre o tema em estudo.

**Palavras-chave:** jornalismo internacional, conflito, meninos-soldados, fontes testemunhais, Análise de Conteúdo.

**Abstract.** The article analyzes reports that deal with the presence of child soldiers in armed conflicts, a crime against humanity. Aiming to investigate which sources are triggered, and how they are, we organized a mapping of the international coverage of O Estado de S. Paulo, during the period of 2007–2016, starting from the registry units “boys-soldiers” and “child soldiers”. For this, we use the Content Analysis methodology (Bardin, 2011; Fonseca Júnior, 2012; Herscovitz, 2007), through a Source Analysis Protocol which, in turn, considers journalistic source status (Santos, 1997; Ericson *et al.*, 1991). We identified 87 sources, of which 14 are child soldiers or sex slaves, testimonials victims of armed conflict. Also, we focus on the analysis of reports about Africa that deal with the topic studied.

**Keywords:** international journalism, conflict, boys-soldier, testimonies, Content Analysis.

## Considerações iniciais

O presente artigo tem como objeto textos jornalísticos que abordam a presença de crianças-soldados em conflitos armados, um crime de lesa-humanidade. Tendo como objetivo investigar que fontes são acionadas pelo Jornalismo, e como o são, ao tratar da temática partimos de um mapeamento das unidades de registro “meninos-soldados” e “crianças-soldados” no jornal de referência *O Estado de S. Paulo*, no período 2007-2016. O artigo busca identificar as fontes e observar o seu emprego nas matérias<sup>1</sup>.

O mapeamento inicial possibilitou identificar 13 textos informativos da editoria de Internacional que versam sobre a temática, dos quais: seis reportagens especiais – todas assinadas por enviados especiais<sup>2</sup> –, três reportagens – duas delas compradas de jornais de referência estrangeiros<sup>3</sup> –, duas notícias e duas notas. Textos opinativos não foram analisados, tampouco a coluna Visão Global. Na etapa posterior elaboramos um Protocolo de Pesquisa para Análise de Fontes inspirado no formulário de codificação de Fonseca Júnior (2012). As categorias de fontes, por sua vez, foram estabelecidas com base no estudo de Rogério Santos (1997) sobre fontes jornalísticas. Por meio do protocolo foram identificadas as fontes e, também, as menções a “crianças-soldados” (ou meninos-soldados).

O artigo traz os resultados dessas incursões que tomam por base a metodologia da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011; Fonseca Júnior, 2012; Herscovitz, 2007). Teoricamente, traz discussões sobre fontes jornalísticas (Ericson *et al.*, 1991; Santos, 1997; Schmitz, 2011), em especial as testemunhais (Amaral, 2015; Amaral *et al.*, 2010), reportagem (Floresta e Braslauskas, 2009; Lage, 2008;) e meninos-soldados (Tabak, 2009; Unicef, 2007, 2016). As reportagens especiais “A maior guerra do mundo”, sobre o Congo, e “África, um continente em transformação”, foram analisadas de modo mais aprofundado.

## Percursos da pesquisa

Para o percurso metodológico utilizamos a Análise de Conteúdo. Bardin (2011) afirma

que o método, advindo das Ciências Sociais, estuda as comunicações humanas, dando maior ênfase aos conteúdos das mensagens. No Jornalismo, em especial, podemos utilizar o método “para detectar tendências e modelos na análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos” (Herscovitz, 2007, p. 23). De acordo com Bardin (2011, p. 48), a análise de conteúdo é

*[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.*

Ainda segundo Bardin (2011, p. 36), a técnica precisa ser reinventada e adequada para cada estudo, aprimorando e criando categorias diferenciadas para cada objeto, haja vista que há “somente algumas regras de base, por vezes dificilmente transponíveis”. Para a elaboração de um Protocolo de Pesquisa para Análise de Fontes partimos do formulário de codificação de Fonseca Júnior (2012) e do estudo de fontes jornalísticas de Santos (1997), elaborando um protocolo que atendesse às demandas do nosso problema de pesquisa, dando origem a um quadro que resume os diferentes tipos de fontes encontradas nas matérias analisadas quanto à categoria, ao grupo e ao crédito. Para pensarmos a categorização, que “consiste no trabalho de classificação e reagrupamento das unidades de registro em um número reduzido de categorias” (Fonseca Júnior, 2012, p. 298), voltamos a inúmeras propostas de agrupamento de fontes jornalísticas.

Para Gans (1979 *in* Santos, 1997, p. 34), as fontes jornalísticas precisam responder a cinco atributos – oportunidade, produtividade, credibilidade, garantia e respeitabilidade –, que estão vinculados aos processos jornalísticos e ao enquadramento dos acontecimentos. “As fontes [...] funcionam como auxiliares no relato, sem, contudo, deixar de insinuar posições, relações e interesses” (Zamin, 2011, p. 251). Segundo Marocco e Berger (2008, p. 3), “há diferentes modalidades de fonte jornalística ins-

<sup>1</sup> Os resultados integram o projeto de pesquisa “A crítica das práticas no interior do sistema jornalístico” (CNPq/UFSM).

<sup>2</sup> Segundo Adghirni (2013, p. 42), o enviado especial “é o profissional deslocado de sua base para uma determinada cobertura temporária, normalmente de curta duração”.

<sup>3</sup> Jornais e agências normalmente têm vários tipos de “produtos” à disposição dos clientes. Jornais de referência, como *The New York Times*, por exemplo, oferecem reportagens especiais (normalmente assinadas por repórteres mais experientes, correspondentes, etc.) e textos de colunistas.

tituídas pelo saber jornalístico como expressão de um contrato que transfere ao jornalista ausente a autoridade de quem esteve presente, viu ou ouviu alguém falar”.

De acordo com Sigal (1986 *in* Santos, 1997, p. 28-29), na escolha das fontes “os jornalistas preferem os conhecidos aos desconhecidos”, as institucionais e governamentais que detêm credibilidade às não governamentais. Elas “são julgadas com valor para informação e, implicitamente, com valor de aceitação”. Com base em Hall *et al.*, Santos (1997, p. 29) afirma que se trata da “hierarquia da credibilidade: os mais poderosos ou com estatuto social mais elevado terão as suas definições melhor bem aceitas, mesmo nos temas mais controversos”.

Santos (1997, p. 76-79) recupera propostas distintas quanto à classificação e à hierarquia das fontes, como, por exemplo: Gans (1979) fala em fontes institucionais, oficiosas ou estáveis e provisórias; Ericson *et al.* (1991, p. 76) distinguem jornalistas, porta-vozes de instituições e organizações governamentais, porta-vozes de instituições e organizações não governamentais, cidadãos individuais e fontes não específicas, “citadas sem qualquer indicação de identidade ou filiação institucional”; López (1995 *in* Santos, 1997) também inicia pela própria empresa jornalística, incluindo como fonte o conjunto dos jornalistas, e segue por instituições ligadas ao poder (incluindo religiosas, financeiras e sociais), espontâneas, que entram em disputa com o poder, confidenciais e anônimas. Santos (1997) propõe três categorias principais: oficiais, regulares e ocasionais ou acidentais.

Elegemos as categorias de fontes mencionadas por Ericson *et al.* (1991) para compor nosso protocolo de análise e a elas acrescentamos as fontes documentais. Assim, a categoria “fontes jornalísticas” desdobra-se nos seguintes grupos: jornalista, agência e meios-fonte. No primeiro ingressam “os jornalistas que funcionam como fontes de informação ao serem entrevistados por outros profissionais ou ao trabalharem dados oficiais” (Santos, 1997, p. 77). No segundo grupo estão as agências de notícia que “constituem uma parte importante da rede informativa, especialmente porque, simbolicamente, estão em todos os lugares ao mesmo tempo” (Zamin, 2012, p. 49). No terceiro, “Borrot (1989) identifica a ocorrência de

uma apropriação do conteúdo de um meio por outro, sinalizada no interior do texto jornalístico. Nesses casos, designa de meios-fonte as mídias indicadas por outras como origem de uma informação” (Zamin, 2011, p. 253).

A categoria “fontes institucionais e organizacionais governamentais” se subdivide nos grupos: poder Executivo, poder Legislativo, poder Judiciário, polícia e intergovernamentais (como ONU, Unesco, FMI, OMS, etc.). Já a categoria “fontes institucionais e organizacionais não governamentais” traz os grupos: empresarial, associação civil, ONG/OING e grupo armado. As “fontes individuais”, por sua vez, se subdividem em: especializada, testemunhal e ocasional. Já as “documentais” podem originar-se tanto das instituições e organizações governamentais como das não governamentais. E, por fim, temos, a exemplo de Ericson *et al.* (1991), as fontes sem identificação ou “fontes não específicas”. Além disso, seguindo o protocolo, cada fonte precisaria ser identificada quanto ao crédito: se determinada, indeterminada ou anônima. Essa categorização (Fonseca Júnior, 2012) possibilitou um modo de entrada nas matérias coletadas em *O Estado de S. Paulo*.

Os textos informativos identificados e analisados referem-se, especialmente, a conflitos na África, nove dos 13 textos. Das seis reportagens especiais, quatro tratam desse continente: Dossiê África: “África, um continente em transformação”, “Meninos-soldados tentam esquecer a infância e reconstruir a vida” e “Violência sexual ainda é epidemia” (17 dez. 2007), de Mariana Della Barba, trata do Congo, principalmente; “Sequestro de crianças amplia crise em Darfur” (7 jul. 2008), de Jamil Chade, do Sudão; Especial Congo: “A maior guerra do mundo”, “Novo grupo islâmico atua em conflito e preocupa ONU” (20 out. 2013) e “Conflito congolês amplia drama dos meninos-soldado” (22 out. 2013), de Adriana Carranca, novamente sobre o Congo; e “Por dentro da mente de um genocida [Joseph Kony]” (27 abr. 2014), também de Adriana Carranca, igualmente do Sudão. As outras especiais tratam de Guantánamo (Simon, 2010a) e de conflitos na América Latina (Pereira e Souza, 2014). Da especial sobre Guantánamo<sup>4</sup>, interessa-nos a matéria secundária “Preso aos 15 anos, Khadr vai a julgamento de cartas marcadas”.

<sup>4</sup> O repórter de *O Estado de S. Paulo* esteve em Guantánamo a convite do Pentágono e assistiu às audiências do menino-soldado Omar Khadr.

Todas as reportagens são sobre países africanos: “Armas inadequadas e antigas reduzem chance de triunfo dos rebeldes líbios” (22 abr. 2011), de C. J. Chivers, do *The New York Times*, sobre a Líbia; “Com tríplice premiação, Nobel destaca luta de mulheres africanas e árabes” (8 out. 2011), de assinatura conjunta do jornalista Luiz Raatz, da agência *Associated Press* (AP) e do jornal estadunidense *The New York Times* – a reportagem traz três perfis e somente um deles, “Ellen Johnson Sirleaf, presidente da Libéria”, traz a expressão menino-soldado –; e “Rapto de meninas ganha triste fama” (11 maio 2014), de Lauren Wolfe, do *Foreign Policy*, sobre o grupo extremista islâmico Boko Haram, da Nigéria.

A notícia “Réu em Haia, Taylor rejeita acusações”, da AP e Reuters (15 jun. 2009), refere-se ao julgamento do ex-presidente da Libéria, Charles Taylor, por crimes de guerra em Serra Leoa. A segunda notícia é sobre Guantánamo (Simon, 2010b). As notas são sobre a caçada a Joseph Kony, o “senhor da guerra africano”, em Uganda, e sobre o julgamento do menino-soldado Omar Khadr em Guantánamo. Respectivamente, “Obama enviará aeronaves e soldados para caçada a senhor da guerra africano” (25 mar. 2014) e “Preso de Guantánamo declara-se culpado” (26 out. 2010).

Esses textos foram identificados a partir da busca pelas unidades de registro “meninos-soldados” e “crianças-soldados” no arquivo do jornal e, posteriormente, foram decompostos quanto ao número de menções ao termo e às fontes. A leitura das matérias, por sua vez, nos permitiu identificar três modos de aproximação do Jornalismo da questão das crianças-soldados, complementares: (i) pela presença da expressão “crianças-soldados”, ou de suas variações “meninos-soldados” e “menores”; (ii) pela menção à idade dos entrevistados, e (iii) por relacionar conflito e criança, como no excerto a seguir:

*“Não é costume processar menores por crimes de guerra”, disse ao Estado David Crane, ex-procurador-chefe do Tribunal da ONU para Serra Leoa. “Crianças não têm a motivação para cometer crimes de guerra.” Sob esse argumento, Crane decidiu não processar “crianças-soldados” de Serra Leoa. Ele defende que a mesma lógica se aplica ao caso de Khadr (Simon, 2010b).*

Quanto às fontes identificadas, 87 no total, duas são jornalísticas (indeterminadas, “Dois jornalistas observaram [...]”) –; 19 institucionais e organizacionais governamentais; 18 ins-

titucionais e organizacionais não governamentais; 32 individuais; 13 documentais e três sem identificação (Quadro 1).

Entre as governamentais, a maior parte são organismos intergovernamentais (ONU e suas agências e Banco Mundial). Entre as institucionais e organizacionais não governamentais, apenas duas referem-se a grupos armados (uma determinada, “Fikry Iltajoury, de 31 anos, rebelde líbio”; outra indeterminada, “relatos confiáveis de rebeldes”), as demais são ONGs/OINGs (por exemplo, Anistia Internacional, Cruz Vermelha, *Child Soldiers International*, *Enough*, *Global Justice Center*, *Human Rights First*, *Human Rights Watch*, *International Crisis Group*, *Le Bureau pour le Volontariat au service de l’Enfance et de la Santé*, ONG *Waging Peace* e ONG *Vico*). As individuais estão assim distribuídas: oito especializadas, 23 testemunhais, uma ocasional. Já entre as documentais, oito originam-se em instituições e organizações governamentais, quatro em não governamentais uma é indeterminada (“Uma pesquisa sobre armas [...]”).

Nota-se um equilíbrio entre o número de fontes governamentais e não governamentais, inclusive porque entre as primeiras destacam-se organismos intergovernamentais diretamente ligados à resolução dos conflitos, como a ONU e suas agências (por exemplo, a Unicef); enquanto na outra categoria a maioria é de organizações sem fins lucrativos que prestam assistência às vítimas. Os dados levantados na pesquisa, talvez pelo recorte temático, vão de encontro a observações consolidadas nos estudos sobre fontes. Segundo Schmitz (2011, p. 48), o saber do Jornalismo também é construído pela fonte e as “oficiais são as preferidas dos jornalistas, pois suas ações e estratégias têm impacto direto no interesse público, pela sua capacidade e poder de influência, acesso facilitado e sistemático às pautas da mídia”. Ao retomar o estudo de Ericson *et al.* (1991), Santos (1997, p. 76) afirma que “as fontes governamentais são citadas duas vezes mais que as fontes do sector privado nos jornais”.

Entre as fontes registra-se que há predominância das individuais, 32 ao todo. Tal resultado deve-se ao fato de a categoria de texto jornalístico “reportagem especial” prevalecer sobre os demais. As individuais testemunhais – 23 fontes – chegam por meio das reportagens especiais, produzidas por enviados especiais. Apenas uma reportagem – a do *The New York Times* – traz um testemunho, Mohamed Abdulgader, 13 anos, menino-soldado entre os

**Quadro 1.** Classificação das fontes.**Chart 1.** Categorization of sources.

Fontes por categoria		Fontes por grupo	
Jornalísticas	2	Jornalista	2
		Agência	-
		Meio-fonte	-
Institucionais e organizacionais governamentais	19	Poder Executivo	8
		Poder Legislativo	1
		Poder Judiciário	-
		Polícia	1
		Intergovernamental	9
Institucionais e organizacionais não-governamentais	18	ONG / OING	16
		Grupo Armado	2
Individuais	32	Especializada	8
		Testemunhal	23
		Ocasional	1
Documentais	13	Governamentais	8
		Não Governamentais	4
		Sem identificação	1
Sem identificação	3	Sem identificação	3
Sem fonte	1	Sem fonte	1
		<b>Total de Fontes</b>	<b>87</b>

rebeldes líbios. Não há fontes testemunhais nas notícias e notas analisadas. Outro dado importante relacionado às fontes individuais é que 14 delas são menores vítimas dos conflitos armados.

O conjunto de fontes testemunhais pode ser decomposto da seguinte forma: dez adolescentes<sup>5</sup> e um adulto<sup>6</sup> que foram usados como meninos-soldados; três adolescentes que foram escravos sexuais de grupos rebeldes; três mulheres vítimas de estupro praticados por soldados *hutus* que se deslocaram de Ruanda para o Congo, e seis parentes de vítimas.

Como dos 13 textos informativos analisados, nove tratam de conflitos na África e trazem crianças-soldados como fontes testemunhais, por fim, duas reportagens especiais

foram destacadas para uma análise mais aprofundada. Elas foram escolhidas em razão do tratamento aprofundado do tema, em mais de uma página do jornal. Coincidentemente, são assinadas por mulheres, todavia, há igualdade no número de especiais produzidas por homens e mulheres: Mariana Della Barba, Jamil Chade, Roberto Simon e Fábio Pereira assinam uma reportagem especial cada, enquanto Adriana Carranca assina duas, do Congo e do Sudão, respectivamente.

### O drama dos meninos-soldados

Antes de tudo é preciso compreender a expressão “criança-soldado”. De acordo com Jana Tabak (2009), o período que se sucedeu

<sup>5</sup> Apenas um dos meninos-soldados é latino-americano, o colombiano Andrés, 16 anos, que vive em um abrigo.

<sup>6</sup> Trata-se de Okello Moses Rubangangayo, ex-comandante do Exército de Resistência do Senhor, da Uganda, que ingressou no conflito aos 15 anos como menino-soldado após ter sido sequestrado.

após a guerra fria inaugurou uma nova prática de guerra, que é o uso de crianças-soldados, tanto por exércitos regulares quanto por grupos armados rebeldes. “As crianças não mais constituem apenas o alvo das guerras, mas também são perpetradores de ações violentas e atrocidades durante os conflitos armados” (Tabak, 2009, p. 32). Segundo a Unicef (2007, p. 4), em *The Paris Principles*:

*Girls and boys are used in a variety of ways from support roles, such as cooking or portering, to active fighting, laying mines or spying and girls are frequently used for sexual purposes. This recruitment and use of children violates their rights and causes them physical, developmental, emotional, mental, and spiritual harm.*<sup>7</sup>

Ainda com base nesse documento, criança-soldado é um termo que se refere a qualquer menina ou menino com idade inferior a 18 anos que é recrutado ou sequestrado e utilizado por grupos armados legais ou ilegais, a qualquer título. Segundo o *Child Soldiers International*, o termo não se refere apenas às crianças que participam das lutas, mas “also those used as cooks, porters, messengers, spies, suicide bombers, or for sexual exploitation” (Scarborough, 2016)<sup>8</sup>. Nos últimos 40 anos o Direito Internacional tem desenvolvido ações para melhor proteger as crianças da exploração militar. De acordo com informações do *Child Soldiers*, em 1977, o *Additional Protocol to the 1949 Geneva Conventions* proibiu o recrutamento militar e o uso de crianças abaixo de 15 anos de idade. A Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1989, reafirmou a proibição de utilização de crianças em conflitos armados. Nessa Convenção, pela primeira vez, foi estabelecido que criança é qualquer pessoa com idade inferior a 18 anos.

O padrão sobre a idade foi novamente levantado pelo *Optional protocol to the convention on the rights of the child on the involvement of children in armed conflict* relativo à participação de crianças em conflitos armados, também conhecido como Unicef (2000). De acordo com o *Child Soldiers*, “Opac was the world’s first international treaty wholly focused on ending

the military exploitation of children”<sup>9</sup>. O tratado proíbe o recrutamento de crianças menores de 18 anos e, também, o recrutamento voluntário de crianças por grupos armados não estatais. Menores de idade, porém, continuam a ser recrutados e utilizados por numerosos grupos armados em conflitos na América Latina, na África e no Oriente Médio. Com base nesta resolução, classificamos menores de 18 anos como crianças-soldados.

Os países africanos vivem uma violência ininterrupta “que matou quase 6 milhões de pessoas em mais de duas décadas de conflito – o maior banho de sangue no mundo desde a Segunda Guerra Mundial” (Floresti, 2016, p. 8). Segundo a reportagem da *Galileu*, que designa os conflitos na África de guerras invisíveis, 52% dos conflitos mundiais acontecem nesse continente, com 3,7 milhões de refugiados na região subsaariana.

A maioria dos conflitos é motivada por diferenças étnicas, como em Ruanda, Mali, Senegal, Burundi, Libéria, Congo e Somália. Em Ruanda “uma guerra entre grupos étnicos [*tutsi* e *hutu*] matou mais de 800 mil pessoas durante três meses do ano de 1994 e levou milhares de refugiados aos países vizinhos” (Floresti, 2016, p. 8, acréscimo nosso). Segundo estimativas da ONU, mais de 800 mil pessoas foram mortas apenas nesse confronto. A perseguição aos fugitivos não respeitou os limites geopolíticos do país, levando o conflito para outras nove nações africanas. A Somália, castigada por uma guerra civil desde 1988 e há duas décadas sem governo central, desde o fim do regime do general Muhammad Siad Barre (1969-1991), enfrenta grupos extremistas islâmicos e pirataria marítima.

Na República Democrática do Congo registram-se conflitos étnicos e por recursos naturais. A guerra civil do país teve origem com o genocídio em Ruanda, anteriormente mencionado, visto que os responsáveis se instalaram no Congo. Em 1997 o presidente Mobutu Sese Seko foi forçado a se exilar e o líder rebelde Laurent Kabila tomou o poder. O atual presidente, Joseph Kabila, está no poder desde 2001, quando herdou o cargo do pai, assassinado

<sup>7</sup> “Meninas e meninos são usados de várias maneiras em funções de apoio, como cozinheiros ou porteiros, no combate ativo, colocados em minas ou espionagem e as meninas são utilizadas para fins sexuais. Esse recrutamento e uso de crianças viola os seus direitos e lhes causa dano físico, emocional, mental e espiritual” (Unicef, 2007, p. 4, tradução nossa).

<sup>8</sup> “[...] também, aqueles usados como cozinheiros, carregadores, mensageiros, espiões, suicidas, ou para exploração sexual” (Scarborough, 2016, tradução nossa).

<sup>9</sup> “Opac foi o primeiro tratado internacional do mundo totalmente focado em terminar a exploração militar de crianças” (tradução nossa).

naquele ano. As eleições previstas para 2016, segundo a Constituição aprovada durante o seu governo, foram postergadas para 2018. Os conflitos, todavia, vêm de longa data. Depois da independência, em 1960, “o país teve um presidente assassinado pela CIA [...], passou por três golpes de Estado, viveu 32 anos de ditadura” (Floresti, 2016, p. 8-9).

Atualmente, mais de 40 pequenos grupos armados mantêm 22 mil homens na região leste do Congo, país com mais de 250 grupos étnicos e com um antigo histórico de conflitos. Os rebeldes “aterrorizam vilarejos com assaltos, estupros e até casos de canibalismo” (Floresti, 2016, p. 9) por questões políticas e, especialmente, pelo controle das jazidas de ouro, tântalo, diamante, cobre, cobalto e nióbio.

Outros conflitos ocorrem por disputas territoriais, como em Serra Leoa, Somália e Etiópia. Também acontecem por questões religiosas, como na Argélia, na Nigéria e no Sudão. A violência religiosa na Nigéria data dos anos 1950 e se refere aos conflitos entre cristãos e muçulmanos. Atualmente enfrenta o grupo jihadista Boko Haram. Os militantes extremistas lutam para derrubar o governo e criar um Estado Islâmico. No Sudão, uma guerra civil que durou 12 anos (1983-2005), entre o norte, de maioria muçulmana e árabe, e o sul, formado por vários grupos étnicos, de maioria cristã ou animista, deixou 1,5 milhão de mortos e levou à divisão do território, dando origem ao Estado Independente do Sudão do Sul, em 2011. Na região de Darfur, a oeste do Sudão, uma guerra civil entre milícias aliadas ao governo e grupos rebeldes armados iniciou-se em 2003 e seguiu até 2005, com o Acordo de Paz de Darfur, firmado sob os auspícios da União Africana, Nações Unidas e outros parceiros, contudo nova onda de violência eclodiu em 2013.

A seguir detemo-nos a analisar duas reportagens especiais que usam as “crianças-soldados” como fontes individuais testemunhais: o Dossiê África, de Mariana Della Barba, de dezembro de 2007, e o Especial Congo, de Adriana Carranca, de outubro de 2013. Dos oito textos do Dossiê, que integram um caderno especial de quatro páginas, três são aqui analisados: “África, um continente em transformação”, “Meninos-soldados tentam esquecer a infância e reconstruir a vida” e “Violência sexual ainda é epidemia”. Já do Especial Congo, com três páginas publicadas em datas alternadas, todos os textos foram analisados.

### (i) “Quem sobreviver, vira soldado”

A reportagem especial sobre o Congo, da enviada especial Adriana Carranca, foi publicada em duas partes. A primeira, no dia 20 de outubro de 2013, ocupa duas páginas do jornal: “A maior guerra do mundo” e “Novo grupo islâmico atua em conflito e preocupa ONU”. A segunda, em 22 de outubro, intitulada “Conflito congolês amplia drama dos meninos-soldado”, tem uma página. Em relação à quantificação das fontes, identificamos quatro fontes individuais (três testemunhais, sendo dois meninos-soldados e uma especializada); duas documentais (“relatório interno da ONU” e “relatório da ONG *Enough*”); cinco institucionais e organizacionais governamentais (quatro fontes ligadas à ONU, organização intergovernamental, e uma do poder executivo); e três institucionais e organizacionais não governamentais (as OINGs Comitê da Cruz Vermelha Internacional, *Child Soldiers International* e *Human Rights Watch*), totalizando 14 fontes.

Adriana Carranca é jornalista, colunista dos jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* e escreve, principalmente, sobre conflitos. A jornalista conta a tragédia do Congo de uma maneira que capta a atenção do leitor, com informações para contextualizar o ambiente e, também, entrevistas para dar suporte e credibilidade aos fatos. “O repórter está onde o leitor, ouvinte ou espectador não pode estar” (Lage, 2008, p. 23). Assim, a repórter e enviada especial tem a função de transportar os leitores por meio da narrativa jornalística, transmitindo a sua visão de fatos que poderiam passar despercebidos.

Em diferentes momentos Adriana coloca-se no texto, deixando rastros do seu modo de narrar. “Assim se vive no Congo (antigo Zaire), buscando os desaparecidos e recolhendo corpos no rastro de ataques que ocorrem com frequência assustadora”, relata a jornalista no início da reportagem. O Congo é um dos países africanos que mais sofrem com conflitos armados e violentos. De acordo com o relatório Monusco (sigla de República Democrática do Congo, em francês), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), divulgado em abril de 2016, a situação no Congo ainda é instável, devido às atividades de grupos armados e confrontos. As violações contra crianças apontam para números altíssimos:

*The United Nations verified 2,549 violations against children, a significant increase compared*

*with 2014. Nearly 40 per cent were attributed to FDLR. Children took the opportunity of military operations to escape from armed groups, resulting in a spike in the number of separated children (Unicef, 2016).<sup>10</sup>*

Com base nesse relatório, as Nações Unidas constataram o dobro do número de casos documentados em 2014, 488 crianças, das quais 26 são meninas. Desse total, 30% eram menores de 15 anos quando foram recrutadas. Na reportagem especial analisada, Adriana consegue descrever as crianças congolenses, trazendo a sua visão como jornalista:

*Pela estatura, alguns aparentam ter 11 ou 12 anos, mas num país como o Congo, não é possível saber a idade – a desnutrição impede o crescimento, enquanto a guerra endurece o semblante e envelhece os seus rostos, enrugados e com marcas de navalha. São crianças velhas (Carranca, 2013a, p. A14).*

Escrever é um desafio diário e os fatores que determinam a qualidade de um texto jornalístico são vários, de acordo com Floresta e Braslauskas (2009). Segundo essas autoras, o repórter deve apurar bem as suas fontes e possuir a capacidade de conectar as ideias no texto. “Um texto bem embasado traz detalhes dos acontecimentos, relaciona assuntos, e isso proporciona uma leitura rápida e agradável” (2009, p. 113). Adriana Carranca faz isso de maneira sutil, trazendo detalhes, como “Monossilábico, ele diz apenas que se cansou da vida” (2013b, p. A14), ao fazer referência a um jovem encontrado pela equipe em um hospital.

O estilo de escrita da repórter é um diferencial que, amparado pela qualidade do conteúdo, faz com que o texto flua. “Para que uma reportagem possa ser considerada boa, ela tem de ter qualidade jornalística, os dados têm de estar bem apurados – o que significa oferecer detalhes dos acontecimentos” (Floresta e Braslauskas, 2009, p. 114). O enviado especial, nesse sentido, como dispõe de maior tempo para a apuração dos acontecimentos, pode produzir uma reportagem mais aprofundada e um texto mais trabalhado.

Em relação à reportagem especial, houve 14 menções às crianças-soldados no conflito. Entre as fontes, todavia, havia somente

dois adolescentes congolenses, ex-soldados de grupos armados ilegais, que aparecem como fontes individuais testemunhais: “Jacques, ex-menino soldado” e “jovem de 16 anos que a reportagem encontrou baleado num hospital de Masisi”. Os dois são acionados na segunda parte da *Especial Congo*, publicada dois dias após a primeira. Para Lage (2008, p. 74), do ponto de vista dos objetivos, a entrevista testemunhal compreende o “relato do entrevistado sobre algo de que ele participou ou assistiu”.

A primeira parte da reportagem (20 out. 2013) é construída a partir do testemunho de Geni Mungo, que relata um ataque ao vilarejo em que vivia na província de Kivu do Norte, ocorrido às vésperas da chegada da repórter. Nas duas primeiras páginas do *Especial Congo* os meninos aparecem indiretamente, sem serem fontes, na narrativa da guerra na República Democrática do Congo, que cita o drama dos meninos e das meninas que são levados para o conflito; eles como meninos-soldados, elas para servirem de escravas sexuais. “O bando saqueou e botou fogo nas palhoças. Fugiu levando 45 crianças que estavam na pequena escola da vila no momento do ataque. Os meninos são feitos soldados. As meninas, escravas sexuais”, como conta Adriana (2013a, p. A14).

Já a segunda parte do *Especial* (22 out. 2013) aborda diretamente os meninos, ouvindo-os e trazendo-os como fontes testemunhais, que transmitem “a fala do urgente, do pungente, do desespero, do sofrimento, da busca de solução individual” (Amaral *et al.*, 2010, p. 9). Jacques, um dos meninos ouvidos, descreve como ele e o primo foram sequestrados por homens armados com fuzis: “Eles batiam em todas as partes do corpo, xingavam, pisavam na sua cabeça. É o batismo. Quem sobreviver, vira soldado” (Carranca, 2013b, p. A14). “Meu primo... Ele não sobreviveu”, acrescentou. Com as poucas palavras do menino foi possível verificar claramente a função do testemunho, “de demonstrar um fato ou situação, de ser uma prova cabal, afinal, nele alguém relata o que viu, ouviu ou sentiu” (Amaral *et al.*, 2010, p. 10).

Dessa maneira, as fontes testemunhais são “aquelas que presenciaram o fato, que participaram diretamente da sua causa ou sofreram

<sup>10</sup> “As Nações Unidas verificaram 2.549 violações contra crianças, um aumento significativo em comparação a 2014. Cerca de 40% foram atribuídos às Forças Democráticas para a Libertação de Ruanda (FDLR). Crianças aproveitam a oportunidade das operações militares para escapar de grupos armados, resultando em um aumento no número de crianças separadas” (Unicef, 2016, tradução nossa).



as consequências dele” (Amaral, 2015, p. 50). A outra fonte testemunhal, um jovem de 16 anos encontrado no hospital, tem voz pela narrativa da repórter: “Um dia apresentou-se ao chefe do grupo Nyaturas e virou menino-soldado. Arrependido, espera para ser reintegrado à família – que nem sempre aceita os filhos de volta” (2013b, p. A14). Assim, o testemunho auxilia na reconstrução de um acontecimento, a fim de reforçar “os efeitos de realidade pela interpelação de sua experiência” (Amaral, 2015, p. 51).

Em meio às percepções de Carranca, chegamos a voz de Jacques: “Um dia, um soldado disse: ‘Hoje é sua vez’. Então, ele me estuprou. Duas vezes” (Carranca, 2013b, p. A14). Segundo ela, as palavras saíram como um vômito. “Foi a primeira vez... Você é a primeira pessoa para quem eu conto isso”, completou o menino. Nesse trecho percebemos a dificuldade da fonte testemunhal em falar sobre o ocorrido. Jacques representa na matéria milhares de crianças vítimas do conflito e da violência sexual no Congo. O excerto também dá a ver a confiança por ele depositada na repórter.

## (ii) “Não sei quando vou conseguir esquecer isso”

A reportagem especial *O renascimento africano*, da enviada especial Mariana Della Barba, publicada em 17 de dezembro de 2007, ocupa quatro páginas do jornal *O Estado de S. Paulo*. A jornalista dispôs de tempo para a apuração e a produção das reportagens, visto que viajou por cerca de duas semanas ao Congo e a Angola. “Depois disso tive mais um tempo para redigir os textos”, explica Mariana que, como parte do trabalho, consultou “alguns especialistas por telefone [...] quando já estava no Brasil”<sup>11</sup>.

Aqui, detemo-nos na análise de duas páginas (1ª e 4ª) desta grande reportagem, uma vez que somente essas fazem referência às crianças-soldados. Por meio de entrevista, Mariana Della Barba afirma que sabia, de antemão, que haveria a possibilidade de contatar meninos-soldados: “Eu viajei com o apoio logístico do Comitê Internacional da Cruz Vermelha e já havia combinado essa pauta com eles”.

Ao analisarmos a primeira página da reportagem especial, sob o título “África, um continente em transformação”, foi possível identificar seis fontes. Dessas, duas institucio-

nais e organizacionais governamentais, duas não governamentais, uma individual e outra documental. Já na quarta página, com duas matérias, “Meninos-soldados tentam esquecer a infância e reconstruir a vida” e “Violência sexual ainda é epidemia”, foram identificadas 11 fontes. Dessas, oito são individuais testemunhais e três institucionais e organizacionais não governamentais (*Enough, International Crisis Group* e *ONG Vico*).

Apesar de falar sobre os meninos-soldados e trazer um infográfico indicando as regiões em que eles são encontrados no continente africano, na primeira página da Especial *O renascimento africano* as fontes acionadas são especializadas, governamentais e intergovernamentais. A voz dessas crianças não se faz presente nessa primeira página. Santos (1997, p. 77) afirma que as “fontes são factor determinante para a qualidade da informação produzida pelos meios de comunicação”. Desse modo, ao falar dos meninos-soldados, são eles próprios que podem relatar a realidade em que vivem ou viveram.

Na quarta página analisada os oito testemunhos correspondem a dois meninos que foram usados como soldados, três adolescentes que foram escravizadas e três mulheres vítimas de estupro. São as fontes que abordam suas próprias vivências. Na matéria “Meninos-soldados tentam esquecer a infância e reconstruir a vida”, Mudimbe relata: “Logo de cara, eles me deram uma arma. Matei muitas pessoas, não sei dizer quantas” (Della Barba, 2007b, p. H4). Já Patrik, outro menino, descreve que “vivía como um animal selvagem. Não me importava com ninguém. Estava sempre drogado” (2007b, p. H4).

A repórter Mariana Della Barba também traz relatos de meninas que carregavam bebês no colo, frutos dos estupros pelos quais passaram, na matéria “Violência sexual ainda é epidemia”. Thérése, uma das meninas, conta que era violentada várias vezes por semana. “Não sei quando vou conseguir esquecer isso” (Della Barba, 2007c, p. H4). Kizade, outra menina que escapou da escravidão sexual, descreve que “o pesadelo era tanto que comecei a carregar uma arma também, precisava me proteger” (2007c, p. H4). O relato das crianças que viveram as situações que estão sendo retratadas na reportagem a torna mais verossímil, enquanto humaniza os personagens dos conflitos.

<sup>11</sup> Entrevista concedida às autoras, por e-mail, em 25 jul. 2016.

Mariana Della Barba explica a opção por atribuir nomes fictícios aos menores entrevistados: “Para preservar a identidade deles (as fotos também foram borradas), para que não houvesse nenhuma chance de eles serem identificados por meio da minha matéria. Os menores estavam em um centro de recuperação, após terem abandonado as milícias da qual faziam parte. Muitos ainda eram perseguidos por líderes desses grupos, daí a preocupação”.

## Considerações finais

Partindo do entendimento de que fonte é a “pessoa que o jornalista observa ou entrevista e a quem fornece informações enquanto membro ou representante de um ou mais grupos (organizados ou não) de utilidade pública ou de outros sectores da sociedade” (Gans, 1979 in Santos, 1997, p. 32-33), debruçamo-nos a investigar que fontes são acionadas pelo Jornalismo, e como o são, em matérias que tratam da presença de crianças-soldados em conflitos armados. O movimento orientou-se por um mapeamento da editoria de Internacional de *O Estado de S. Paulo* nos últimos dez anos.

Por meio da metodologia de Análise de Conteúdo observamos que nas 13 matérias localizadas no jornal, 87 fontes foram acionadas. Destas a maioria, 32, eram fontes individuais (oito especializadas, 23 testemunhais e uma ocasional). O número é superior ao de fontes institucionais e organizacionais governamentais consultadas, 19 ao todo. Também há um equilíbrio entre governamentais e não governamentais, 19 e 18 fontes, respectivamente. Interessante perceber que, por este recorte temático, não foram as fontes governamentais, logo oficiais, que dominaram as matérias que tratam da presença de crianças-soldados em conflitos, ao contrário do que afirma Santos (1997) em seu estudo de fontes jornalísticas.

As duas reportagens especiais analisadas, ambas sobre o Congo, apresentam dados semelhantes. Juntas, trouxeram 13 fontes individuais contra sete institucionais e organizacionais governamentais, oito institucionais e organizacionais não governamentais e três documentais. Importante ressaltar a presença de meninos e meninas vítimas dos conflitos armados como fontes testemunhais. Os meninos-soldados não comparecem apenas como dado de contexto ou como número em relatórios de organizações intergovernamentais. Antes, são trazidos como fontes por um trabalho de apuração das jornalistas que, como enviadas especiais, traba-

lharam para localizá-los e acessá-los – trabalho esse difícil e arriscado. Da mesma forma, meninas vítimas dos conflitos aparecem como testemunhas nas narrativas das repórteres Mariana Della Barba e Adriana Carranca.

Permanece em aberto outra importante frente de trabalho: a expressiva presença de porta-vozes de agências intergovernamentais (como ONU, Unesco, Unicef) e de organizações internacionais não governamentais (OIN-Gs) como fontes em matérias sobre conflitos. Caberia também distinguir as fontes por gênero e explorar o fato de mulheres jornalistas irem para zonas de conflito e em que medida isso se reflete no texto produzido.

## Referências

- ADGHIRNI, Z.L. 2013. A pluralidade do mundo na visão singular do correspondente internacional. *Intexto*, Porto Alegre, UFRGS, (28):32-52. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/41160>. Acesso em: 15/06/2016.
- AMARAL, M.F. 2015. Fontes testemunhais, autorizadas e experts na construção jornalística das catástrofes. *Líbero*, São Paulo, 18(36):43-54. Disponível em: <http://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2015/12/Marcia-Franz.pdf>. Acesso em: 27/09/2016.
- AMARAL, M.F.; POZOBON, R.O.; RUBIN, A. 2010. Modos de endereçar a tragédia: indignação, testemunho e piedade. *Lumina, Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação*, Juiz de Fora, 4(2). Disponível em: <https://lumina.ufjf.emnuvens.com.br/lumina/article/view/133/127>. Acesso em: 27/09/2016.
- BARDIN, L. 2011. *Análise de Conteúdo*. São Paulo, Edições 70, 279 p.
- CARRANCA, A. 2013a. A maior guerra do mundo. Especial Congo. *Estado*. Caderno A, Internacional. São Paulo, ano 134, n. 43832, p. A14, 20 out.
- CARRANCA, A. 2013b. Conflito congolês amplia drama dos meninos-soldado. Especial Congo. *Estado*. Caderno A, Internacional. São Paulo, ano 134, n. 43834, p. A14, 22 out.
- CHILD Soldier International. Disponível em: <http://www.child-soldiers.org/>. Acesso em: 10/08/2016.
- DELLA BARBA, M. 2007a. África um continente em transformação. *Estado*. Caderno H, Dossiê Estado. São Paulo, ano 128, n. 41698, p. H1, 11 dez.
- DELLA BARBA, M. 2007b. Meninos-soldados tentam esquecer a infância e reconstruir a vida. *Estado*. Caderno H, Dossiê Estado. São Paulo, ano 128, n. 41698, p. H4, 11 dez.
- DELLA BARBA, M. 2007c. Violência sexual ainda é epidemia. *Estado*. Caderno H, Dossiê Estado. São Paulo, ano 128, n. 41698, p. H4, 11 dez.
- ERICSON, R.V.; BARANEK, P.M.; CHAN, J.B.L. 1991. *Representing order: Crime, law and justice in*

- the news media*. Toronto, University of Toronto Press, 383 p.
- FONSECA JÚNIOR, W.C. 2012. Análise de Conteúdo. In: J. DUARTE; A. BARROS (orgs.), *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. 2ª ed., 6ª reimpr., São Paulo, Atlas, p. 280-304.
- FLORESTA, C.; BRASLAUSKAS, L. 2009. *Técnicas de reportagem e entrevista: roteiro para uma boa apuração*. São Paulo, Saraiva, vol. 3, 163 p.
- FLORESTI, F. 2016. Guerras invisíveis. *Galileu*, São Paulo, nov. 2016, p. 7-9.
- HERSCOVITZ, H.G. 2007. Análise de conteúdo em jornalismo. In: C. LAGO; M.M. BENETTI, *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis, Vozes, p. 123-142.
- LAGE, N. 2008. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. 7ª ed., Rio de Janeiro, Record, 189 p.
- MAROCCO, B.; BERGER, C. 2008. Sobre Madeleine, os pais de Madeleine e os jornais. In: Colóquio Brasil-Portugal de Ciências da Comunicação, I, Natal, 2008. *Anais...* Natal, Intercom.
- PEREIRA, F.; SOUZA, C. de. 2014. Meninos-soldados, um drama sul-americano. *Estado*, São Paulo, 7 dez. 2014, p. A14.
- SANTOS, R. 1997. *A negociação entre jornalistas e fontes*. Coimbra, Minerva, 215 p.
- SCARBOROUGH, N. 2016. What is a "child soldier"? Disponível em: <http://www.child-soldiers.org/Pages/FAQs/Category/faqs>. Acesso em: 12/09/2016.
- SCHMITZ, A.A. 2011. *Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo*. Florianópolis, Combook, 85 p. Disponível em: [http://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Comunicacao/Fontes\\_noticias.pdf](http://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Comunicacao/Fontes_noticias.pdf). Acesso em: 12/07/2016.
- SIMON, R. 2010a. Guantánamo, ponto fraco de Obama, mantém-se retrato da guerra sem fim. *Estado*, São Paulo, 2 mai.
- SIMON, R. 2010b. Futuro de Guantánamo fica ainda mais incerto. *Estado*, São Paulo, 19 nov.
- TABAK, J. 2009. *As vozes de ex-crianças soldado: reflexões críticas sobre o Programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração das Nações Unidas*. Rio de Janeiro, RJ. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica, 169 p.
- UNICEF. 2000. *Optional protocol to the convention on the rights of the child on the involvement of children in armed conflict*, v. 2173, A-27531. New York, Unicef, p. 236-241. Disponível em: <http://www.ohchr.org/Documents/ProfessionalInterest/crc-conflict.pdf>. Acesso em: 12/09/2016.
- UNICEF. 2007. The Paris Principles: The Principles and guidelines on children associated with armed forces or armed groups. Disponível em: [https://childrenandarmedconflict.un.org/publications/ParisPrinciples\\_EN.pdf](https://childrenandarmedconflict.un.org/publications/ParisPrinciples_EN.pdf). Acesso em: 15/08/2016.
- UNICEF. 2016. *Invisible survivors: Girls in armed groups in the Democratic Republic of Congo from 2009 to 2015*. New York, Unicef, 36 p. Disponível em: <https://childrenandarmedconflict.un.org/wp-content/uploads/2015/11/151123-Girls-in-Armed-Groups-2009-2015-Final.pdf>. Acesso em: 10/08/2016.
- ZAMIN, A. 2011. Meios-fonte nas páginas de internacional de *O Estado de S. Paulo*. *Revista Galáxia*, São Paulo, (22):250-261. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/7049/6071>. Acesso em: 20/06/2016.
- ZAMIN, A. 2012. *Nos jornais, um típico acontecimento atípico. O Caso Angostura em diários latino-americanos de referência*. São Leopoldo, RS. Tese de doutorado. Unisinos, 277 p.

Submetido: 24/05/2017  
Aceito: 28/08/2017